

PROCESSO	- A. I. Nº 294888.0001/02-2
RECORRENTE	- ABIMAEI MARTINS DA SILVA
RECORRIDA	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO	- IMPUGNAÇÃO AO ARQUIVAMENTO DE DEFESA
ORIGEM	- INFAZ ILHÉUS
INTERNET	- 20.08.02

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO C.J.F. Nº 0278-12/02

EMENTA: ICMS. INTEMPESTIVIDADE. DEFESA FISCAL. Recurso interposto contra despacho de autoridade que determinou o arquivamento da defesa por ter sido apresentada fora do prazo legal. Confirmada a intempestividade. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O sujeito passivo ao ser intimado a tomar ciência da intempestividade da defesa apresentada que culminou no arquivamento da mesma, respaldado no art. 173, Parágrafo Único ingressou com o Pedido de Impugnação ao arquivamento, solicitando que a sua defesa fosse apreciada ainda que passado o prazo da mesma. Alega que o Município onde está situada fica distante 60 km de Ilhéus e por essa razão requer seja revista a referida defesa anexando cópia da mesma.

A autuante se manifestou à fl. 20 apresentando contra razões onde diz que o autuado tomou ciência no dia da lavratura do Auto de Infração, em 05/02/02 e o prazo se esgotou em 07/03/02, para apresentação de defesa. Alega que o acesso da cidade de Una para Ilhéus é facilitado inclusive, com frequência de transporte coletivo, e por isso não se justifica o tempo decorrido entre a ciência e a apresentação da defesa.

A PROFAZ considerou que os argumentos apresentados para afastar a intempestividade não justifica uma vez que a distância entre o domicílio do autuado e a INFAZ não possibilita dilatação do prazo que constam do RPAF/99 e são peremptórios.

Entende que os mesmos não aceitam dilação sobretudo quando não ficou demonstrado qualquer fato grave que impedisse o cumprimento do prazo,. Opinou pelo Não Provimento da Impugnação.

VOTO

Da análise das razões apresentadas no Pedido de Impugnação, o autuado não consegue afastar a intempestividade da apresentação da peça defensiva. E inclusive admite passado prazo para a referida defesa, alegando que foi em decorrência da distância entre o Município onde está situada e a INFAZ de Ilhéus.

Ocorre que estando a empresa situada no Município de Una, distante apenas 60 km da INFAZ de Ilhéus, esta é uma alegação frágil e que não merece acolhida, posto que o Auto de Infração foi

lavrado em 05/02/2002, data em que o autuado tomou ciência, e só apresentou a defesa em 26/03/02 conforme documento à fl. 11 dos autos.

Consoante dispõe o art. 123 do RPAF/99, o prazo para o sujeito passivo impugnar o lançamento, medida ou exigência fiscal é de 30 dias contado da data da intimação, verifica-se que a apresentação da defesa se deu após transcorridos 49 dias da data em que fora intimada.

Deste modo, concordo com a Douta PROFUZ no Parecer exarado à fl. 23 dos autos, que considerou os argumentos apresentados insuscetíveis de afastar a intempestividade e concluiu pelo Não Provimento da Impugnação.

Assim, considero que não elidida a intempestividade da defesa, o indeferimento do pedido de impugnação ao arquivamento ora se impõe, voto pois pelo Não Provimento do mesmo.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho da Fazenda Estadual por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa referente ao Auto de Infração nº 294888.0001/02-2, lavrado contra **ABIMAEI MARTINS DA SILVA**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa de **R\$240,00**, prevista no art. 42, inciso XX, "a" e "b", da Lei nº 7.014/96 alterada pela Lei nº 7.753/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de Julho de 2002.

JOSÉ CARLOS BOULHOSA BAQUEIRO - PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

IVONE DE OLIVEIRA MARTINS - RELATORA

MARIA HELENA CRUZ BULCÃO - REPR. DA PROFUZ